



ENFRENTANDO TEMPOS SOMBRIOS

Virgínia Fontes

Universidade Federal Fluminense

virginia.fontes@gmail.com

Na década de 1980, quando da criação do GTNM-RJ, vivíamos no Brasil enormes desafios: cresciam as lutas contra a ditadura empresarial-militar sanguinária e truculenta, que havia censurado universidades, o pensamento e parcela da imprensa, deformou as instituições públicas, disseminou a corrupção, silenciou as oposições. Expandiu os monopólios capitalistas a ferro e a fogo, confortando milionários brasileiros e estrangeiros ao custo de reduzir brutalmente as condições de vidas das grandes massas populares, urbanas e rurais.

As lutas sociais eram muitas e intensas e algumas reivindicações centrais as atravessavam: contra a desigualdade brutal e crescente; pela desprivatização do Estado e pela democratização do conjunto da vida social. Muitos tinham claro, já naquela época, que tais reivindicações implicavam a superação do capitalismo no Brasil.

O GTNM-RJ nasceu em meio a esse combate, com um desafio claro: desvendar, elucidar e conservar vivos na memória social os crimes *políticos* ocorridos nos porões da ditadura, identificar como e onde se torturava, se prendia ilegalmente e se assassinava impunemente desde o Estado. Este o foco fundamental e central, o combate claro e consciente contra o silenciamento do diverso, do divergente, da opinião, da capacidade de organização popular. Em suma, enfrentar o ovo da serpente cuidadosamente oculto por altas cúpulas. A primeira definição – e talvez a mais importante – foi a do lugar social do GTNM-RJ e esse ficou expresso através de sua prática, dispensando fórmulas declaratórias. O GTNM-RJ se alinhou ao lado das lutas das grandes massas trabalhadoras e, portanto, foi intransigente quanto a assegurar sua autonomia frente ao Estado, que ao longo de todas essas décadas tudo

fez para negar a existência de classes sociais, no compasso em que obstaculizava – duramente, na maioria das vezes; molemente, em outros casos – o esclarecimento das práticas de tortura e a garantia da memória. Combater a tortura significaria estar presente em muitos enfrentamentos cotidianos.

O primeiro ponto a destacar é o da autonomia com posição de classe, a favor das massas trabalhadoras. Essa seria uma postura crucial pois, a partir da década seguinte, nos anos 1990, surgiria um sem-número de entidades sem fins lucrativos de diversos tipos, muitas financiadas por empresas e/ou empresários brasileiros ou estrangeiros, que ofereciam recursos às jovens associações populares. Disseminaram-se pelo país. Solicitavam, *apenas (!)*, que as atividades fossem *apolíticas* (e não suprapartidárias), e que fossem administradas de maneira hierárquica e gerencial. Como se vê, o *apenas* remete à exigência do apagamento da referência social fundamental de pertencimento à classe trabalhadora que lastreava as entidades populares nascentes. Pouco a pouco, além de tentarem converter militância em empresariamento aparentemente filantrópico, passaram a controlar de perto os relatórios e as atividades de seus financiados. Seu intuito fundamental foi o de converter lutas populares em formas de mercantil-filantropia: dirigir desde o lugar do poder as próprias lutas sociais, capturar a energia militante transformando-a em “empreendedorismo” social, transformar o que nascia como engajamento rebelde em profissão subalterna, com poucos “militantes” remunerados e uma legião de “voluntários”, na verdade trabalhadores sem direitos. Essas mesmas entidades, que se apresentavam como “novas”, não hesitaram a apelar para os recursos públicos, desviando-os de suas funções e propondo-se a “substituir” o Estado... ou, em termos mais claros, a boicotar as políticas universais de base popular, cuja existência e manutenção depende exatamente da capacidade popular de se organizar e lutar. Como boicotavam? Pelos dois lados: empalidecendo as lutas de cunho universal e seu caráter de classe e, de outro lado, recebendo verba pública para agir como mostruário *privado* (ou seria monstruário?) para a devastação dos direitos *públicos* voltados para a grande maioria das classes trabalhadoras.

O GTNM-RJ resistiu, demonstrando – no discurso e sobretudo na prática – ser um espaço de militância, lutando juntamente com outras organizações, contra a subalternização das lutas populares que essas entidades patrocinavam. O GTNM-RJ, por ser organização horizontal, depende de recursos; as contribuições militantes

muitas vezes são insuficientes. Mas na relação com eventuais apoiadores jamais abriu mão de sua autonomia socialmente posicionada, não se deixou reduzir a mero vendedor de projetos e jamais vendeu projetos privados que escamoteiam os direitos sociais. Vale lembrar o que consta do site do Grupo e que, neste caso, expressa algo de fundamental:

O Grupo tem sido eticamente coerente com seus princípios: suprapartidário, não aceitando apoio financeiro do Estado, nem de qualquer partido político. Desde sua fundação, em 1985, sobrevive graças ao empenho de seus amigos, parceiros e militantes. Com verbas — cada vez mais diminutas — de entidades internacionais de Direitos Humanos, desenvolve um projeto pioneiro no Brasil de atendimento clínico e jurídico a pessoas atingidas pela violência do Estado. <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/campanha-de-solidariedade/>, acesso 20/02/2018

Desde o começo, as exigências da luta contra a tortura envolveram inúmeras tarefas. Enfrentar a cumplicidade do Estado na prática da tortura supõe em primeiro lugar organização, pesquisa (contra a corrente), sistematização e divulgação constante da história e da memória. Em segundo lugar, tais exigências significavam o envolvimento com outros enormes conjuntos de lutas. Vejamos algumas outras tarefas e desafios, das quais tive a honra e a satisfação de compartilhar vários momentos.

Sou historiadora, e agradeço a atuação deste grupo, fundamental na abertura de caminhos rigorosos de pesquisa para a localização, a documentação e a comprovação dos crimes contra a humanidade cometidos pela ditadura empresarial-militar. Trabalho longo e muitas vezes silencioso, enfrentando inúmeros obstáculos, para além daqueles corriqueiros para os historiadores brasileiros, como a ocultação, o desaparecimento (e a queima proposital) de arquivos e a má conservação documental. Nem sempre os historiadores de ofício estiveram à altura do trabalho do GTNM-RJ. Sabemos que os verdadeiros historiadores são os que escrevem a história e não necessariamente os que fazem carreiras... A pesquisa entretanto não podia se limitar aos documentos textuais, e tinha de enfrentar um amplo espectro, desde depoimentos, investigações médicas, psicológicas, pesquisas de campo que exigem diversos procedimentos de sistematização, elaboração de arquivos, conservação de documentos, análise, produção de novos documentos, relatórios e textos sólidos consolidando todo o processo. E o GTNM-RJ enfrentou a tarefa. Foi muito mais longe no refinamento de seus métodos do que muitas práticas acadêmicas, e arrisco

sugerir que foi mais longe em sua argúcia do que algumas Comissões da Verdade que, mais pautadas pela obediência institucional e profissional do que pela coerência social, se limitavam a trabalhos quase burocráticos.

Um outro ponto sensível, outra luta fundamental: a recuperação da memória da tortura política da ditadura encontrava a constatação da tortura disseminada no sistema policial e judiciário brasileiro, tortura socialmente seletiva e, embora genericamente disseminada, escassamente conotada como também política. Ora, ela incide diretamente sobre a grande maioria da população, enquanto poupa os setores médios e as classes dominantes; massacra as e os jovens – sobretudo negras e negros – das periferias. É tortura política no sentido mais amplo do termo, tortura político-social contínua e constante. Mas ainda é pouco politizada, no sentido em que os setores populares ainda têm baixa capacidade de enfrentá-la de maneira organizada. Este é o papel de partidos e de outras organizações de classe de cunho mais amplo. Sem se afastar de seu foco, o GTNM-RJ aderiu a todas as lutas contra a tortura que partiam das organizações dos trabalhadores. Agiu contra os assassinatos de militantes – como os frequentes massacres de trabalhadores rurais – e contra as prisões arbitrárias de jovens negros, como o caso dramaticamente injusto de Rafael Braga, pobre, negro e único condenado das manifestações de junho de 2013. A medalha Chico Mendes não é apenas uma homenagem: é um momento da luta, do reconhecimento e da produção da memória necessária do enfrentamento à tortura.

Outro elemento a destacar: a pluralidade teórica que marca o GTNM-RJ tem como ponto de ancoragem uma profunda coerência no terreno da luta. Isso mostra que o enfrentamento à tortura e a defesa da condição humana, isto é, dos seres sociais, não se trava no abstrato, mas no terreno concreto das desigualdades sociais produzidas pela expansão do capitalismo e pelo agravamento das contradições que provoca. E é nesse terreno que se verificam as efetivas posições das classes trabalhadoras, onde não falhou o suporte coerente do GTNM-RJ.

O GTNM-RJ é uma dessas associações das quais não se pode prestar um depoimento sem emoções fundas. daquelas que mexem com todos os pontos sensíveis, do afeto, da admiração, da sinceridade, do respeito. Pois este é um grupo que não se rendeu na sua defesa do ser social, de sua integridade, lutando para que jamais se repitam a tortura, os abusos, a violência social e discriminatória. Em nenhuma circunstância. Para tanto, precisou enfrentar a entidade que se apresenta

como se fosse garantidora de “direitos”, “contratos” e “constituições”, o Estado. E que resultou ser também a mão executora da tortura sob a ditadura empresarial-militar, assim como usa mão pesada na criminalização atual de movimentos sociais, no aprisionamento massivo de jovens, na tortura repetida em cadeias superpovoadas, na retomada de intervenção das forças armadas contra os bairros e favelas do Rio de Janeiro.

A importância da memória ao expor a violência da tortura – que atinge inúmeros ambientes – é ainda mais dramática e urgente quando a própria tortura se torna o modo de des-educação da população, educação deseducadora, que reduz seres sociais à condição de objetos. Tão mais significativa a contribuição do GTNM-RJ que corajosamente sempre se colocou contra a sanha punitiva e carcerária que muitas vezes foi exacerbada por essa mídia empresarial.

No século XXI, a atuação do GTNM-RJ segue fundamental. Volto ao parágrafo inicial deste depoimento, ajustando seus termos, uma vez que a história não se repete, e quando isso ocorre provavelmente estamos diante de uma farsa.

Vivemos no Brasil enormes desafios: as lutas contra a ditadura empresarial e parlamentar que durou de 1964 a 1988 conseguiram estabelecer inúmeras Comissões da Verdade, que representam um passo à frente, ainda pequeno, no estabelecimento da verdade histórica. Estamos porém sob novo golpe, desfechado em 2016, novamente com base empresarial-midiática, mas desta vez escudado por parlamentares de triste história, por um judiciário encastelado em altos rendimentos, que desconhece a vida das grandes majorias e age de maneira enviesada e parcial. Golpe cujo alvo são diretamente as massas trabalhadoras, imediatamente punidas e expropriadas dos direitos que – a custa de muitas lutas – chegaram a conquistar.

No último episódio do golpe, ao ataque aos direitos se acrescenta agora a intervenção diretamente militar não sobre a cidade ou o Estado do Rio de Janeiro, mas sobre suas massas trabalhadoras. Teme-se o retorno dos piores episódios sanguinários e truculentos. Volta a pairar a censura sobre as universidades (perseguições a pesquisadores que analisam os efeitos dos agrotóxicos ou da concentração monopólica da terra, criminalização dos que ousam elaborar cursos sobre o Golpe de 2016, recusa de financiamentos a pesquisas com bases teóricas críticas) e sobre o pensamento (como o Escola Sem Partido). A imprensa – há imprensa? As enormes empresas monopólicas da (des)informação, modelo

disseminado pela ditadura empresarial-militar, esmagam as tentativas de uma informação livre à força de empresariamentos e vínculos com governos e sua publicidade. Aprofunda-se a deformação das instituições públicas, já atravessadas por extenso emaranhado de entidades sem fins lucrativos mantidas por setores empresariais que, depois de controlar as políticas econômicas, espezinhar os processos eleitorais, se arvoram a definir o que devem ser as políticas sociais e como devem ser geridas. Pretendem introduzir no âmago das conquistas populares ainda remanescentes – na educação, na saúde, no transporte, na ciência, etc. - o princípio do privado, da concorrência, da lucratividade. Não se trata da defesa da vida, muito menos do coletivo, mas da fuga cega para a frente do lucro capitalista.

Novamente um golpe tenta silenciar as múltiplas oposições, expandindo o capitalismo a ferro e a fogo, enriquecendo milionários brasileiros e estrangeiros ao custo de reduzir brutalmente as condições de vidas das grandes massas populares, urbanas e rurais. Ainda mais do que antes, as lutas em defesa do ser social precisam ser também as lutas contra o capital.

O convite para apresentar meu depoimento neste livro trazia a interrogação de Primo Levi: os campos de concentração acabaram, ou estão retornando? Creio ser interrogação fundamental: em que medida os mais de 700 mil presos no Brasil estão *i-legalmente* mas *cotidianamente* em campos de concentração? Desses, é preciso descontar a pequeno punhado dos presos ricos, que mesmo na cadeia vivem em outra classe social. Para minha tristeza, imagino que a pergunta de Primo Levi é ainda mais terrível: em que medida as práticas golpistas e as legislações expropriatórias de direitos, formuladas por empresários e seus esbirros, não estão constituindo a introjeção *legal* do horror?

Virgínia Fontes. Historiadora. Doutora em Filosofia pela Université de Paris X, Nanterre, Mestrado na UFF e Atua na Pós-Graduação em História da UFF, onde integra o NIEP-MARX - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo e, na Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV. E-mail: virginia.fontes@gmail.com

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

FONTES, Virgínia. Enfrentando tempos sombrios. **Revista Transversos**. “**Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência**”. Rio de Janeiro, n.º. 12, pp. 190-196, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33661

